

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS – UNIGOIÁS
SUPERVISÃO DA ÁREA DE PESQUISA CIENTÍFICA – SAPC
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

IMPACTOS DA VERTICALIZAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-SUL DE GOIÂNIA

CAMILLE DE CASTRO LISBOA
ORIENTADOR/PROFESSOR: DRA. ANA ISABEL OLIVEIRA FERREIRA

GOIÂNIA – GOIÁS
Mês/2026

IMPACTOS DA VERTICALIZAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-SUL DE GOIÂNIA

Camille de Castro Lisboa¹
Ana Isabel Oliveira Ferreira²

Resumo: Considerando que o processo de verticalização em Goiânia acelerou nos últimos anos e tem tornado alvo de intensos debates na esfera da urbanização, objetiva-se entender esse crescimento, analisar seus impactos e entender suas consequências para a organização urbana. Para tanto, propõe-se a análise de documentos oficiais, estudos de casos e revisão bibliográfica. Desse modo, observa-se que a verticalização, quando conduzida sem planejamento, tem provocado danos à qualidade de vida, descaracterização do espaço construído e perda da função original, que se permite concluir que o processo de verticalização em Goiânia demanda uma abordagem mais criteriosa e integrada, traçada em planejamento urbano sustentável, preservação da identidade do local e garantia do bem-estar coletivo.

Palavras-chave: Apropriação. Urbanização. Qualidade de vida. Organização Urbana. Planejamento.

IMPACTS OF VERTICALIZATION IN THE CENTRAL-SOUTHERN REGION OF GOIÂNIA

Abstract: Considering that verticalization in Goiânia has accelerated in recent years and has become the subject of intense debate in the sphere of urbanization, the objective is to understand this growth, analyze its impacts, and understand its consequences for urban organization. To this end, we propose the analysis of official documents and a literature review. Thus, it is observed that verticalization, when conducted without planning, has caused damage to the quality of life, decharacterization of the built space, and loss of its original function, which leads to the conclusion that the process of verticalization in Goiânia requires a more careful and integrated approach, based on sustainable urban planning, preservation of the identity of the place, and guarantee of collective well-being.

Keywords: Appropriation. Urbanization. Quality of life. Urban organization. Planning.

¹ Discente do curso de Nome do Curso do Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS E-mail: camilisboa588@gmail.com

² Professora Adjunta do Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS. Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Mestra em Projeto e Cidade pela Universidade Federal de Goiás. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade da Academia Brasileira de Educação e Cultura. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9827123546166718>. Orcid: 0000-0001-6911-3685. E-mail: ana.ferreira@unigoias.com.br.

INTRODUÇÃO

A urbanização brasileira, intensificada a partir da segunda metade do século XX, promoveu profundas transformações na organização do espaço urbano, alterando de forma significativa as dinâmicas das cidades. Entre os fenômenos mais relevantes gerados por esse processo, tem-se a verticalização, que é caracterizada pela intensificação do uso do solo por meio da construção de edifícios verticais. De acordo com Somekh (1997), a verticalização pode ser entendida como a transformação efetiva do solo urbano, viabilizada pelo uso do elevador. Esse tipo de ocupação ganhou destaque por ser uma forma de aproveitar melhor áreas já urbanizadas, reunindo diferentes atividades em um mesmo espaço e atende ao aumento de demanda por moradia, principalmente em metrópoles.

No contexto de Goiânia, a verticalização se tornou um elemento marcante da expansão urbana¹, intensificado a partir dos anos 2000, especialmente na região Centro-Sul da cidade. Bairros como os setores Marista, Oeste, Bueno e Jardim Goiás, destacam-se como principais eixos desse processo, concentrando empreendimentos imobiliários e infraestrutura urbana consolidada.

Contudo, embora a verticalização apresente desdobramentos como a otimização do uso do solo, o acesso facilitado aos serviços e incentivo a economia, seus impactos vão além dos efeitos visíveis, envolvendo também impactos como a intensificação da pressão sobre a infraestrutura urbana, alterações na paisagem, valorização imobiliária desigual e processos de segregação socioespacial.

1. CRESCIMENTO URBANO E POPULACIONAL EM GOIÂNIA

O crescimento urbano e populacional de Goiânia constitui um dos principais fenômenos de transformação territorial do Centro-Oeste brasileiro nas últimas décadas. Planejada inicialmente para abrigar um contingente populacional reduzido, a capital goiana passou por um intenso processo de expansão urbana (Nascimento; Oliveira, 2015),

¹ expansão urbana de Goiânia foi impulsionada pelo crescimento populacional, intensificado por migrações e êxodo rural, além da atuação da iniciativa privada no parcelamento do solo. Esse processo ocorreu, em diversos momentos, de forma desordenada, favorecendo a ocupação periférica e a formação de vazios urbanos posteriormente adensados (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2015).

impulsionado pelo desenvolvimento econômico, pela migração interna e pela consolidação da região metropolitana.

Segundo Bernardes (1989) construção da nova capital exigiu grande quantidade de mão de obra. Para atender essa demanda, formaram dois tipos de correntes migratórias: uma composta por profissionais técnicos qualificados, ligados diretamente ao capital e provenientes principalmente de escritórios do Rio de Janeiro e de São Paulo. Além disso, alguns especialistas com conhecimentos específicos foram contratados no exterior.

Associado ao crescimento demográfico, ocorreu também a expansão da área urbana do município de Goiânia resultando em um processo de conurbação com municípios vizinhos (BERNARDES; BORGES; TEIXEIRA, 2017).

2. A VERTICALIZAÇÃO NO CONTEXTO URBANO

O processo de verticalização em Goiânia está estritamente ligado às transformações que ocorreram ao longo do desenvolvimento da cidade, principalmente em processos econômicos, demográficos e urbanísticos. Conforme aponta Lemos et al Ramires (2001) a aceitação de edifícios verticais ocorreu inicialmente entre a classe média e classe alta, deixando as camadas populares à margem desse acontecimento. Apesar de projetos de verticalização voltados à população de baixa renda, essa modalidade de moradia se consolidou melhor entre a classe média.

No plano conceitual, Mendes (1992, p. 32) define a verticalização como o "processo intensivo de reprodução do solo urbano, oriundo de sua produção e apropriação de diferentes formas de capital, aliado às inovações tecnológicas, alterando a paisagem urbana". Essa definição, apresenta que a verticalização não é apenas uma expressão arquitetônica, mas um processo vinculado as dinâmicas econômicas que condicionam a valorização e a ocupação do território urbano.

Nesse mesmo sentido, a verticalização pode ser entendida como um processo de transformação do espaço urbano, que se manifesta na construção de edifícios de múltiplos pavimentos, projetado principalmente aos usos residencial, comercial e de serviços. Essa configuração do espaço urbano desempenha função significativa na transformação da estrutura da cidade, especialmente em regiões que concentram muitos edifícios verticais, como a região Centro-Sul de Goiânia, onde esse fenômeno tem contribuído significativamente para a redefinição da paisagem e da morfologia da cidade.

De acordo com Somekh (1997), essa dinâmica decorre da interação entre diferentes agentes vinculados ao sistema capitalista. Entre eles, destaca-se o mercado imobiliário, que busca ampliar a rentabilidade do capital por meio da intensificação do uso do solo urbano, convertendo a terra em um bem de valor mercadológico. Nesse contexto, a localização assume papel fundamental, uma vez que as áreas centrais tendem a concentrar edificações mais altas em razão de sua maior valorização. De outro modo, à medida que se avança em direção às áreas periféricas, predominam ocupações de menor densidade e uma configuração urbana mais horizontal.

Esse padrão de seletividade espacial se aprofundou nas últimas décadas. O adensamento com verticalização ocorre majoritariamente em regiões que já estavam completamente habitadas, como o Setor Sul, Setor Oeste e Setor Bueno, onde a saída para o crescimento é justamente o avanço vertical, com o aumento de edifícios residenciais e comerciais. Tal dinâmica recoloca em pauta o debate sobre os impactos desse processo na infraestrutura urbana e na qualidade de vida da população residente nessas áreas.

2.1. POLÍTICAS URBANÍSTICAS E O PAPEL DO PLANO DIRETOR

A regulação do processo de verticalização não ocorre de forma espontânea, mas é mediada por instrumentos normativos que definem onde, como e em que intensidade o adensamento construtivo pode se manifestar. Assim, o Plano Diretor configura-se como o principal mecanismo de planejamento urbano, estabelecendo os parâmetros que orientam a ação dos agentes públicos e privados na produção do espaço.

De acordo com a legislação municipal, o Plano Diretor é o instrumento regulador e estratégico para a promoção do desenvolvimento municipal, determinante para os agentes públicos e privados que atuam no município (GOIÂNIA), o que evidencia seu caráter normativo e sua centralidade na definição dos rumos da expansão urbana.

O Plano Diretor é, atualmente, instrumento fundamental para o planejamento urbano da cidade que como metrópole regional com mais de um milhão e trezentos mil habitantes e integrada a uma região metropolitana com quatro municípios conurbados, apresenta diversos desafios de ordenamento territorial e mobilidade urbana, passando por um intenso processo de expansão urbana e verticalização de moradias (FERREIRA, 2013)

Entre as principais alterações promovidas pelo novo marco regulatório, destaca-se a revisão dos índices construtivos aplicáveis aos lotes urbanos. Enquanto o plano anterior permitia construções com índices de aproveitamento do terreno que chegavam a até 12 vezes a

[Digite aqui]

área do lote, o novo Plano Diretor adequa esse índice, limitando a altura dos novos empreendimentos conforme a metragem do terreno, de modo que a tendência é que os novos edifícios sejam de 25% a 30% mais baixos (GOIÂNIA). Tal modificação demonstra a tentativa do poder público de equilibrar o avanço da verticalização com a infraestrutura disponível, ainda que os efeitos práticos dessa medida sobre o mercado imobiliário sejam objeto de debate.

Entretanto, a aplicação prática dessas diretrizes nem sempre corresponde ao discurso técnico que está fundamentada. Durante o processo legislativo de revisão do Plano Diretor, houve disputas significativas em torno dos limites de altura e densidade permitidos em diferentes zonas da cidade. Identificou que determinados trechos do projeto liberavam o limite de altura e flexibilizavam o controle de densidade em Áreas Adensáveis (AA), em Áreas de Desaceleração de Densidade (ADD) e em Projetos Diferenciados de Urbanização (PDU), o que tenderia a intensificar a verticalização da cidade, especialmente em regiões já valorizadas (GOIÂNIA).

3. A REGIÃO CENTRO-SUL DE GOIÂNIA, UMA ANÁLISE DO JARDIM GOIÁS

O Jardim Goiás pode ser considerado um dos casos mais significativos para compreender o processo de verticalização na região centro-sul de Goiânia. A transformação do bairro reúne fatores que ajudam a explicar esse fenômeno, evidenciando como a produção do espaço urbano resulta da participação de diversos agentes envolvidos na produção do espaço. Nesse contexto, destacam-se a participação do mercado imobiliário na promoção de novos empreendimentos, a influência da legislação urbanística na definição das possibilidades de ocupação do solo e a crescente valorização da área, que contribuiu para a consolidação de uma nova centralidade urbana.

A origem do bairro remonta à primeira metade do século XX, vinculada à figura de um único empreendedor que conduziu seu parcelamento e direcionou, desde então, o destino urbanístico da área. O setor Jardim Goiás foi aprovado mediante o Decreto nº 18, de 22 de setembro de 1950. O loteamento, pertencente à antiga Fazenda Botafogo, do empreendedor Lourival Louza, foi projetado pelo arquiteto e ex-prefeito da cidade de São Paulo, Francisco Prestes Maia, que desenvolveu o anteprojeto seguindo os princípios do modelo de cidade-jardim, propondo grandes reservas de áreas verdes e a substituição dos lotes de 360 m² por lotes de 700 m² (GARROTE, 2024).

O marco decisivo para a transformação do bairro, ocorreu apenas na década de 1980, com a chegada do primeiro shopping center da capital. Foi com a construção do Flamboyant [Digite aqui]

Shopping Center, inaugurado em 1981, que ocorreu uma transformação sem precedentes no Jardim Goiás. Após sua construção, o bairro pouco ocupado e de baixo sofreu significativas transformações socioespaciais, atraindo novas obras viárias e tornando-se o novo polo gerador de interesse municipal e regional. Com a construção do shopping, o setor passou a atrair o mercado imobiliário e maiores investimentos em infraestrutura, além de grandes redes de supermercados, concessionárias, redes de fast-food, hotéis e edifícios multifuncionais (ARANTES,2012).

O processo de consolidação do bairro foi resultado da combinação entre os interesses do mercado imobiliário e as ações do poder público, especialmente por meio dos instrumentos de planejamento e regulação urbana, que direcionaram o crescimento vertical para essa porção da cidade. Nesse contexto, destaca-se a atuação de empresários do ramo imobiliário, com ênfase em Lourival Louza, cuja participação foi fundamental para impulsionar a ocupação e a valorização da área, em conjunto com iniciativas desenvolvidas pelas esferas municipal e estadual (GARROTE,2024).

Além disso, a implantação do shopping center desempenhou papel relevante na descentralização das atividades urbanas e na transformação da estrutura espacial do bairro, ampliando sua atratividade para novos empreendimentos. Paralelamente, a aprovação do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG), em 1992, reconheceu o potencial de expansão do Jardim Goiás ao classificá-lo como Zona de Desenvolvimento Regional, criando condições favoráveis para a intensificação dos investimentos e para a consolidação do processo de verticalização.

3.1. PERFIL TERRITORIAL E SOCIOECONÔMICO

A compreensão do processo de verticalização no Jardim Goiás exige, antes de tudo, uma caracterização do perfil territorial e socioeconômico da região em que o bairro se insere. A região Centro-Sul de Goiânia constitui uma das áreas de maior dinamismo econômico e imobiliário da capital, concentrando infraestrutura consolidada, equipamentos urbanos de alta complexidade e uma população predominantemente pertencente às classes médias e altas. Essa configuração socioespacial não resulta de um processo espontâneo, mas é produto de décadas de investimentos seletivos, orientados tanto pela lógica do mercado imobiliário quanto pelas decisões do poder público em matéria de planejamento territorial.

Do ponto de vista territorial, a região Centro-Sul ocupa uma posição estratégica no tecido urbano goianiense, articulando bairros de diferentes temporalidades de ocupação e

[Digite aqui]

distintos padrões de urbanização. Setores como o Marista, o Oeste, o Bueno e o Jardim Goiás compõem esse conjunto, apresentando em comum a presença de vias estruturantes, comércio e serviços especializados e uma progressiva substituição do padrão horizontal de ocupação por empreendimentos verticais de médio e alto padrão. Essa morfologia urbana reflete uma tendência observada em diversas metrópoles brasileiras, na qual a valorização fundiária das áreas centrais impulsiona a renovação do estoque edificado, substituindo antigas residências unifamiliares por edifícios multifamiliares de múltiplos pavimentos.

Sob a perspectiva socioeconômica, a região concentra parcela significativa dos estratos de maior renda da cidade, o que guarda estreita relação com a seletividade do processo de verticalização. Conforme assinalado por Ramires (1998), a produção e o consumo da habitação vertical estão condicionados por determinantes econômicos que restringem o acesso a esse tipo de moradia a segmentos populacionais com maior poder aquisitivo, consolidando uma forma de ocupação do solo marcada pela exclusividade e pela diferenciação social. Esse padrão se reproduz no Jardim Goiás, cujos empreendimentos imobiliários verticais são majoritariamente dirigidos a um público de renda elevada, em consonância com o perfil do entorno construído ao longo das décadas subsequentes à instalação do Flamboyant Shopping Center.

A valorização fundiária que se instaurou na região a partir da década de 1980 não apenas atraiu novos empreendimentos, mas também promoveu um processo de reorganização social do espaço, com a progressiva substituição de usos e populações de menor renda por atividades e residentes de padrão mais elevado. Esse movimento, identificado por Garrote (2024) como parte das dinâmicas socioespaciais desencadeadas pela verticalização em Goiânia, evidencia que o adensamento construtivo não é um fenômeno neutro: ele opera como vetor de transformação das relações sociais inscritas no território, reconfigurando o perfil dos moradores, dos usuários e das atividades econômicas presentes na área.

Em termos de infraestrutura, a região Centro-Sul concentra equipamentos de saúde, educação, lazer e cultura de abrangência metropolitana, além de uma malha viária com elevada capacidade de circulação. Essa dotação infraestrutural, historicamente acumulada por meio de investimentos públicos e privados, constitui um dos principais vetores da valorização imobiliária da área, na medida em que eleva a atratividade locacional para novos empreendimentos. Nesse sentido, Bernardes, Borges e Teixeira (2017) destacam que o crescimento de Goiânia foi acompanhado por um processo de conurbação com municípios vizinhos, o que ampliou a escala de influência da capital e reforçou a importância das regiões mais centrais como polos de concentração de serviços e população qualificada.

Essa combinação entre localização privilegiada, infraestrutura consolidada e perfil socioeconômico de alta renda cria as condições materiais e simbólicas que sustentam o avanço da verticalização na região. A terra urbana, nesse contexto, adquire um valor de troca crescente, que supera amplamente seu valor de uso, tornando-se objeto de disputa entre diferentes agentes do mercado imobiliário. Tal dinâmica, longe de ser exclusiva ao Jardim Goiás, revela os mecanismos estruturais pelos quais a produção capitalista do espaço urbano concentra investimentos e oportunidades nas áreas já dotadas de maior valor simbólico e econômico, conforme aponta Somekh (1997) ao tratar da relação entre mercado imobiliário, localização e intensificação do uso do solo, aprofundando as desigualdades socioespaciais em escala metropolitana.

3.1.1. Problemas e desafios da verticalização.

O avanço da verticalização na região Centro-Sul de Goiânia, embora expressivo do ponto de vista econômico e imobiliário, impõe uma série de problemas que incidem diretamente sobre a qualidade de vida urbana e a infraestrutura disponível. Tais impactos revelam as contradições de um modelo de produção do espaço orientado prioritariamente pela lógica do mercado, em detrimento das necessidades coletivas da população.

Um dos desafios mais evidentes diz respeito à sobrecarga da infraestrutura urbana. O adensamento promovido pela verticalização aumenta significativamente a demanda por serviços essenciais, como abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de resíduos e mobilidade urbana, sem que haja, necessariamente, ampliação proporcional da capacidade instalada. Bernardes, Borges e Teixeira (2017) apontam que o crescimento acelerado de Goiânia impôs desafios consideráveis de ordenamento territorial e mobilidade, cujos efeitos se fazem sentir com maior intensidade nas regiões de maior adensamento, como é o caso da região Centro-Sul.

A transformação da paisagem urbana representa outro impacto relevante. A substituição de edificações horizontais por torres de múltiplos pavimentos altera de forma irreversível a ambiência dos bairros, comprometendo características morfológicas que integram a memória dos moradores. No caso do Jardim Goiás, concebido originalmente segundo os princípios da cidade-jardim, com grandes áreas verdes e lotes generosos, conforme aponta Garrote (2024), a verticalização intensiva estabelece uma tensão permanente entre o modelo urbanístico original e as demandas do mercado imobiliário atual, tal como Mendes (1992) já havia identificado em outros contextos urbanos brasileiros.

[Digite aqui]

A valorização imobiliária decorrente desse processo, embora frequentemente apresentada como um indicador de desenvolvimento, carrega mecanismos de exclusão que merecem atenção. À medida que os preços dos terrenos e das unidades habitacionais sobem nas áreas verticalizadas, a população de menor renda tende a ser deslocada para regiões periféricas, com menor infraestrutura e mais distantes dos centros de emprego e serviços. Ramires (1998) aponta esse deslocamento como uma das consequências estruturais da produção capitalista da habitação vertical, que aprofunda desigualdades já existentes e consolida padrões de segregação socioespacial.

Por fim, a relação entre verticalização e legislação urbanística também apresenta desafios de natureza político-institucional. Somekh (1997) observa que a verticalização é, em sua essência, resultado da interação entre o mercado imobiliário e os mecanismos de regulação pública, sendo que a eficácia desses mecanismos depende da capacidade do Estado de fazer prevalecer os interesses coletivos sobre os particulares. Quando essa capacidade se mostra insuficiente, como evidenciado nas disputas em torno da revisão do Plano Diretor de Goiânia, o resultado tende a ser um espaço urbano cada vez mais desigual e socialmente excludente.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu compreender a verticalização na região Centro-Sul de Goiânia como um processo complexo, que articula dimensões econômicas, urbanísticas e socioespaciais de forma indissociável. Longe de se tratar de um fenômeno meramente arquitetônico, a verticalização expressa a lógica de produção capitalista do espaço urbano, na qual o solo da cidade se converte em mercadoria e sua ocupação é condicionada pelos interesses dos agentes do mercado imobiliário, mediados com maior ou menor eficácia pelos instrumentos de planejamento e regulação pública.

O caso do Jardim Goiás ilustra com clareza essa dinâmica. A transformação do bairro, de uma área pouco ocupada e de padrão horizontal para um dos principais eixos de verticalização da capital goiana, foi resultado da combinação entre a instalação de um equipamento de grande porte, o Flamboyant Shopping Center, a atuação de agentes imobiliários, os investimentos em infraestrutura urbana e as decisões do poder público expressas nos sucessivos instrumentos de planejamento. Esse conjunto de fatores gerou uma valorização fundiária progressiva que, por sua vez, atraiu novos empreendimentos e consolidou o perfil socioeconômico elevado da região, conforme identificado por Garrote (2024).

A verticalização, contudo, não produziu apenas crescimento econômico e modernização urbana. Como demonstrado, ela também aprofundou desigualdades socioespaciais, sobrecarregou a infraestrutura instalada, transformou irreversivelmente a paisagem dos bairros e contribuiu para o deslocamento de populações de menor renda para áreas periféricas com menor acesso a serviços e oportunidades. Ramires (1998) e Mendes (1992) já sinalizavam que esse padrão de produção da habitação vertical tende a beneficiar segmentos restritos da população, consolidando formas de ocupação do solo marcadas pela exclusividade e pela diferenciação social.

No plano normativo, a trajetória do Plano Diretor de Goiânia revelou que os instrumentos de regulação urbana estão permanentemente sujeitos às pressões dos agentes privados, o que compromete sua capacidade de orientar o crescimento da cidade de forma equitativa. Somekh (1997) observa que a eficácia desses mecanismos depende da disposição do Estado em fazer prevalecer o interesse coletivo, condição que, no contexto goianiense, mostrou-se frequentemente disputada e nem sempre atendida.

Diante desse quadro, compreende-se que o enfrentamento dos desafios impostos pela verticalização exige mais do que ajustes nos índices construtivos ou revisões pontuais da legislação urbanística. É necessária uma abordagem integrada, que articule planejamento territorial, política habitacional e participação social, de modo a garantir que o adensamento urbano se traduza em melhoria das condições de vida para o conjunto da população e não apenas em rentabilidade para o setor imobiliário. Bernardes, Borges e Teixeira (2017) reforçam que os desafios de ordenamento territorial de Goiânia são de natureza metropolitana, o que exige respostas igualmente amplas e coordenadas entre os diferentes entes públicos envolvidos.

Em síntese, a verticalização da região Centro-Sul de Goiânia evidencia que a produção do espaço urbano é, fundamentalmente, um processo político e social, atravessado por conflitos de interesse e por escolhas que definem quem tem acesso à cidade e em que condições. Compreender esse processo em sua totalidade é condição indispensável para a construção de cidades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Genilda D’Arc; **BORGES**, Leandro Bernardes; **TEIXEIRA**, Ricardo Antônio Gonçalves. Repensando Goiânia da Construção aos Dias Atuais. *Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*, Goiânia, Brasil, v. 3, n. 1, p. 4–24, 2017. DOI: 10.18224/baru.v3i1.5827. Disponível em:

<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/5827>. Acesso em: 12 maio. 2026.

MENDES, C. M. *O edifício no jardim: um plano destruído – A verticalização de Maringá*. 1992. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH-USP, São Paulo, 1992.

SOMEKH, N. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador: São Paulo 1920–1939*. São Paulo: Edusp/Studio Nobel, 1997.

RAMIRES, J. C. L. *A verticalização do espaço urbano de Uberlândia: uma análise da produção e consumo da habitação*. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP, Presidente Prudente, 1998.

GARROTE, Lara Stival. *Verticalização na cidade planejada: transformações do/no espaço e dinâmicas socioespaciais em Goiânia*. Dissertação (Mestrado)- Instituto de Arquitetura e Urbanismo-USP, 2024